

FLÁVIO REZENDE DEMATTÉ

*Prefácio*

Jorge Hage Sobrinho

# RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS POR CORRUPÇÃO

A LEI Nº 12.846/2013  
SEGUNDO O DIREITO DE INTERVENÇÃO

Belo Horizonte



2015

© 2015 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virginia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabrizio Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 16º andar – Funcionários – CEP 30130-007  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

D369a Dematté, Flávio Rezende.

*Responsabilização de pessoas jurídicas por corrupção: A Lei nº 12.846/2013 segundo o direito de intervenção.* / Flávio Rezende Dematté. 1. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2015.

143p.

ISBN 978-85-450-0074-7

1. Direito Administrativo. 2. Direito Público. 3. Controle da Administração Pública.  
I. Título. II. Dematté, Flávio Rezende.

CDD: 342.06

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DEMATTE, Flávio Rezende. *Responsabilização de pessoas jurídicas por corrupção: A Lei nº 12.846/2013 segundo o direito de intervenção.* 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 143p.

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Jorge Hage Sobrinho</b> .....	11
Apresentação .....	17
Introdução .....	23
1 Corrupção, Risco e Sociedade .....	28
1.1 Ciência e economia na modernidade .....	28
1.1.1 Genes, átomos e <i>bits</i> : os riscos advindos da ciência avançada .....	31
1.1.2 Capital, mercado e crises: os riscos decorrentes da economia globalizada .....	39
1.2 Sociedade (d)e risco .....	49
1.3 Corrupção organizada como risco da modernização .....	54
1.3.1 Mudança no paradigma de abordagem da corrupção .....	57
1.3.2 Integração da corrupção com a economia globalizada e a ciência avançada .....	63
1.3.3 Envolvimento de corporações transnacionais em atos de corrupção .....	68
2 O controle da corrupção por meio do direito .....	73
2.1 Iniciativas internacionais de combate à corrupção .....	73
2.1.1 Convenção da OCDE sobre a corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais .....	74
2.1.2 Convenção das Nações Unidas contra a corrupção (UNCAC) .....	76
2.2 O uso do direito penal como resposta à corrupção .....	79
2.2.1 Panorama da legislação penal brasileira contra a corrupção .....	81
2.2.2 A questão do direito penal de riscos .....	85
2.2.3 A crítica de Hassemer ao moderno direito penal .....	88
2.3 Consolidação de um direito de intervenção anticorrupção .....	89
2.3.1 Panorama da legislação extrapenal brasileira contra a corrupção, anterior à Lei nº 12.846/2013 .....	92
2.3.2 O paradigma do direito de intervenção .....	98
2.3.3 O direito anticorrupção extrapenal no Brasil como forma de direito de intervenção .....	101

3	A lei nº 12.846/2013 e o novo modelo sancionador de combate à corrupção .....	104
3.1	Lacunas legislativas existentes antes do advento da Lei nº 12.846/2013 .....	104
3.2	Breve histórico da Lei Anticorrupção .....	108
3.3	Disposições gerais sobre a responsabilização de pessoas jurídicas prevista na lei anticorrupção.....	111
3.4	Penalidades administrativas previstas pela Lei nº 12.846/2013 .....	115
3.5	Penalidades judiciais previstas na lei anticorrupção.....	116
3.6	Parâmetros de dosimetria para aplicação das sanções .....	117
3.7	Tipificação dos atos lesivos à administração pública nacional e estrangeira .....	118
3.8	Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.....	121
3.9	Acordos de leniência .....	126
3.10	Programas de integridade anticorrupção ( <i>Compliance</i> ).....	128
3.11	A integração do direito de anticorrupção brasileiro por meio da Lei nº 12.846/2013 .....	130
	Conclusão.....	134
	REFERÊNCIAS .....	139